

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS
CURSO DE FARMÁCIA

Tainah Paiva Cordeiro

**Como a ciência, tecnologia e inovação em saúde estão presentes nas
produções dos Conselhos de Saúde?
Uma análise baseada na pandemia da COVID-19**

Florianópolis

2023

Tainah Paiva Cordeiro

**Como a ciência, tecnologia e inovação em saúde estão presentes nas
produções dos Conselhos de Saúde?
Uma análise baseada na pandemia da COVID-19**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II – ACL5142 do Curso de Farmácia do Centro de Ciências da Saúde, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito básico para a obtenção do grau de Farmacêutica.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Nair Leite
Coorientadora: Dra. Fernanda Manzini

Florianópolis

2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço a mim mesma por não ter desistido, mas agradeço principalmente a todos aqueles que de alguma forma foram responsáveis e essenciais pela minha persistência:

À minha mãe por sempre me apoiar e me mostrar as coisas de uma perspectiva mais leve e racional;

Ao meu pai, por sempre acreditar em mim;

À minha avó, com quem eu moro, por ter paciência e me dar suporte e acolhimento nos meus momentos de estresse e mau humor;

Aos meus primeiros amigos da faculdade: Isabella, Arthur, Ana e Ricardo, que (apesar da fala clichê) fizeram tudo ser mais fácil e compensador;

Aos meus amigos Bruno e Luiz, com quem tive o prazer de acompanhar a jornada de entrada na faculdade desde o cursinho e compartilhar as ansiedades dessa jornada;

À minha amiga Rhamara, que se faz presente na minha vida há mais de 10 anos;

À minha amiga Samara, que tem o dom de, não importa o momento, sempre me tirar uma risada;

(A vida é muito melhor quando a gente ri até a barriga doer)

Aos meus amigos de Criciúma: Maria Eduarda, Heliton, Giovana e Belisa que, mesmo longe, se fazem presentes de diversas formas;

À minha psicóloga, que segura o tranco;

À Silvana e a Fernanda, minha orientadora e minha coorientadora do TCC que me impulsionaram no conhecimento e na aprendizagem da temática deste trabalho. Em especial a Fernanda que esteve mais presente, me estimulando e fortalecendo a minha confiança;

apresentaram a temática deste trabalho e me permitindo conhecer e aprofundar

Aos cafés, capuccinos, chocolates quentes e descansos no gramado, durante os intervalos das aulas, que aqueciam o coração nos dias frios de inverno;

Por fim, agradeço à UFSC por todo conhecimento comigo compartilhado, pela oportunidade de vivenciar diversas experiências, de conhecer diferentes realidades, de me relacionar com pessoas únicas e de, no meio de tudo isso, crescer. Foram ótimos momentos e serão guardados com carinho.

RESUMO

Esse estudo tem como objetivo identificar e avaliar as produções/discussões dos Conselhos de Saúde de Florianópolis a respeito da temática Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (CT&I/S), durante o período da pandemia da COVID-19. Para essa finalidade, foi feita uma análise documental das atas das plenárias do Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis, no período de 2020 a 2022, do relatório final da 10ª Conferência Municipal de Saúde e das publicações nas redes sociais, de modo a investigar a presença ou a ausência desse tema, bem como o contexto e a frequência com que aparecem. Durante a estruturação, foram definidas nove categorias de acordo com os temas presentes nos trechos retirados das atas. Após a análise, observou-se que a discussão da temática de CT&I/S está relacionada majoritariamente à qualidade da informação em saúde, à organização do serviço de saúde na pandemia da COVID-19 e ao desabastecimento de medicamentos, insumos e vacinas. As discussões variaram ao longo dos dois anos, conforme oferta de testes e vacinas e o aumento ou queda dos casos de COVID-19. A análise das atas apontou uma preocupação constante no apoio às boas práticas para controle da COVID-19, apoiando a gestão da Secretaria Municipal de Saúde no uso de protocolos baseados nas evidências. Apesar de não discutir temas específicos como produção nacional de medicamentos, insumos e vacinas, o desabastecimento desses produtos foi discutido. Destaca-se a atuação do Conselho durante a pandemia, mesmo com limitações de realização de atividades presenciais, e como este espaço se tornou um espaço de defesa da ciência e das boas evidências neste período. O Conselho Municipal de Saúde é um importante espaço de discussão sobre a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação em saúde e sobre como essa política se expressa no cotidiano da população, em especial no que tange ao acesso de insumos, medicamentos e vacinas e como o serviço de saúde se organiza para promover o acesso universal e equânime. Para melhor qualificar este espaço, sugere-se a criação de grupos de trabalho ou comissões sobre a temática, a realização de fóruns e rodas de conversas, além da inclusão do tema da ciência e tecnologia na educação permanente dos conselheiros.

Palavras-chave: Pandemia; COVID-19; Participação da Comunidade; Conselhos de Saúde; Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

ABSTRACT

This study aims to identify and evaluate the productions/discussions of the Health Councils of Florianópolis regarding the theme of Science, Technology, and Innovation in Health (ST&I/H) during the COVID-19 pandemic period. For this purpose, a documentary analysis of the minutes of the plenary sessions of the Municipal Health Council of Florianópolis, from 2020 to 2022, the final report of the 10th Municipal Health Conference, and social media publications was conducted in order to investigate the presence or absence of this theme, as well as the context and frequency in which it appears. During the structuring process, nine categories were defined according to the themes present in the extracted excerpts from the minutes. After the analysis, it was observed that the discussion of the ST&I/H theme is mainly related to the quality of health information, the organization of healthcare services during the COVID-19 pandemic, and the shortage of medicines, supplies, and vaccines. The discussions varied over the two years, depending on the availability of tests and vaccines, as well as the increase or decrease in COVID-19 cases. The analysis of the minutes highlighted a constant concern in supporting good practices for COVID-19 control, endorsing the management of the Municipal Health Secretariat in the use of evidence-based protocols. Although specific topics such as national production of medicines, supplies, and vaccines were not discussed, the shortage of these products was addressed. The Council's performance during the pandemic is noteworthy, even with limitations on conducting in-person activities, and how this space has become a platform for defending science and good evidence during this period. The Municipal Health Council is an important space for discussing the Policy on Science, Technology, and Innovation in health and how this policy is reflected in the daily lives of the population, particularly regarding access to supplies, medicines, and vaccines, as well as how the healthcare service is organized to promote universal and equitable access. To enhance this space, it is suggested to create working groups or committees on the subject, hold forums and roundtable discussions, and include the theme of science and technology in the ongoing education of the councilors.

Keywords: Pandemic; COVID-19; Community Participation; Health Councils; National Science, Technology and Innovation Policy.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. HIPÓTESE	8
3. JUSTIFICATIVA	8
4. OBJETIVOS	9
4.1 OBJETIVO GERAL	9
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
5. METODOLOGIA	10
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO	11
6.1. ANÁLISE DA TEMÁTICA NA 10ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE	12
6.2. ANÁLISE DA TEMÁTICA NAS REDES SOCIAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	12
6.3. ANÁLISE DA TEMÁTICA NAS ATAS DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE NO PERÍODO DE 2020 A 2022	14
6.3.1. Categoria 1 - Ampliação do acesso a medicamentos, insumos e vacinas	16
6.3.2. Categoria 2 - Desabastecimento de medicamentos, insumos e vacinas	19
6.3.3. Categoria 3 - Estratégias de testagem contra a COVID-19	20
6.3.4. Categoria 4 - Estratégias de vacinação contra a COVID-19	21
6.3.5. Categoria 5 - Organização do serviço na pandemia da COVID-19	22
6.3.6. Categoria 6 - Participação e fortalecimento do controle social	23
6.3.7. Categoria 7 - Pressão para prescrição e uso de medicamentos comprovadamente sem eficácia	24
6.3.8. Categoria 8 - Qualidade da informação em saúde	26
6.3.9. Categoria 9 - Reconhecimento da importância das vacinas	28
7. CONCLUSÃO	31
REFERÊNCIAS	32

1. INTRODUÇÃO

Reforçando a premissa constitucional da “Saúde como direito de todos e dever do estado”, a Lei nº 8.142/1990 estabelece a importância da participação popular como forma de garantir a implementação de políticas públicas e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde (BERMUDEZ, 2022; BRASIL, 1990). A participação da comunidade na gestão é uma das diretrizes para organização do Sistema Único de Saúde (SUS), organizada por meio dos conselhos de saúde e das conferências de saúde. Os Conselhos de Saúde são órgãos colegiados, deliberativos e permanentes do SUS em cada esfera de governo e fazem parte da estrutura das secretarias de saúde dos municípios, dos estados e do governo federal (BRASIL, 2013).

Os conselhos têm como função formular estratégias de saúde e fiscalizar, acompanhar e monitorar a execução de políticas de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros. Além disso, o conselho analisa e aprova o plano de saúde e leva as demandas da população ao poder público. Logo, entende-se que a importância dos conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas, além de permitirem estabelecer uma sociedade na qual a cidadania seja direito expresso na realidade (BRASIL, 2013; LEITE *et al.*, 2018).

A pandemia da COVID-19 trouxe à tona o despreparo e o negligenciamento da ciência por parte do governo para enfrentar essa situação. A carência de informações - ou o excesso de informações sem evidências científicas - somada ao negacionismo e ao subinvestimento na saúde, na produção de ciência e em políticas públicas resultou - de acordo com dados retirados pelo site do Ministério da Saúde (2020) - em quase 700 mil mortes pela doença no Brasil. Além disso, com a disseminação de informações sem base em evidências científicas entre a população, como por exemplo, “tratamento precoce”, imunidade de rebanho, desencorajamento do distanciamento social, outras formas de tratamento e prevenção da COVID-19 (MORAES, 2021), a pseudociência passou a ascender e abrir espaço para falsas referências pautarem condutas profissionais. A pandemia demonstrou a importância não apenas da utilização de evidências científicas, mas também da popularização da ciência como instrumento de saúde pública. Quanto mais pessoas tiverem conhecimento sobre o que é a ciência – e como ela pode (e

deve) ser utilizada – menor a probabilidade de que informações falsas ou distorcidas sejam influentes, e maior a probabilidade de que a população demande do Estado políticas baseadas em evidências (MORAES, 2021).

O momento da pandemia mostrou a importância do uso do medicamento como insumo essencial para a promoção, proteção e recuperação da saúde - individual e coletiva - assim como a garantia do seu acesso e o seu uso racional. Apesar disso, vacinas, kit diagnósticos, testes e outros medicamentos se mantêm apropriados por mercadores de interesses alheios às necessidades de saúde da população brasileira (BERMUDEZ, 2022). Com isso, evidenciou a necessidade de construção de uma soberania nacional, na qual o país assume o fortalecimento da infraestrutura científica, tecnológica e de inovação em saúde, articulando com os diferentes segmentos da base produtiva em saúde (ROVERI, FALCÃO, NAVARRETE; 2022).

De acordo com Bermudez (2022), essa soberania só será alcançada quando os governantes reconhecerem a importância do investimento em Ciência e Tecnologia nas universidades públicas e institutos de pesquisa, de forma a garantir uma independência e direcionar as suas políticas públicas às necessidades da sua população, priorizando os grupos mais negligenciados e vulneráveis.

Institutos de pesquisa como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Instituto Butantan e diversas universidades públicas do Brasil estiveram presentes desenvolvendo ações de enfrentamento à pandemia, como a produção de vacinas para o controle da COVID-19. Não obstante, a Fiocruz se destaca tanto por sua relevância nacional como internacional na produção científica relacionada ao tema (VARGAS, ALVES, MREJEN, 2021). Isso reforça a concepção de que o campo de Ciência, Tecnologia e Inovação em saúde deve ser discutido e aprimorado, garantindo que o desenvolvimento nacional se faça com apoio na produção de conhecimentos técnicos e científicos ajustados às necessidades econômicas, sociais, culturais e políticas do País, como preza a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS).

Por ser parte integrante da Política Nacional de Saúde, formulada no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a PNCTIS também é conduzida pelos três princípios: universalidade, integralidade e equidade. Sendo assim, a aplicação desses princípios deve corresponder ao compromisso político e ético com a produção e com a apropriação de conhecimentos e tecnologias que contribuam para

a redução das desigualdades sociais em saúde, em concordância ao controle social (BRASIL, 2008).

No estudo de Krüger e colaboradores (2011) sobre a avaliação da inserção das proposições das Conferências Municipais de Saúde nos Planos de Saúde em municípios de Santa Catarina, uma das categorias que menos contemplou as propostas das Conferências de 2003 e 2007 foi Ciência e Tecnologia, abrangendo apenas 2,4% das 1.203 proposições levantadas, dado que leva a crer que falta apropriação e conhecimento do tema por parte da esfera social, pois resumem o tema à produção de medicamentos, insumos e equipamentos médicos e que são produzidos principalmente pelo setor privado. Além disso, ao comparar as propostas das Conferências com as ações dos Planos Municipais de Saúde, os autores destacam que a macrocategoria Ciência e Tecnologia foi uma das menos priorizadas, juntamente com Participação da Comunidade e Seguridade Social.

Entende-se como uma necessidade analisar como a temática da Ciência, Tecnologia e Inovação em saúde é discutida nos Conselhos de Saúde, em especial no período da pandemia da COVID-19. Esses resultados poderão ser utilizados para compreender de que forma e com qual propósito essas discussões aparecem, trazendo elementos para aprimorar essa prática nos espaços de controle social

2. HIPÓTESE

Com o advento da pandemia, as discussões e os projetos do Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis estiveram fundamentados no tema ciência, tecnologia e inovação em saúde, principalmente no âmbito de produção e acesso de medicamentos, vacinas e equipamentos de proteção individual (EPIs). Espera-se que os conselheiros tenham buscado mais informações sobre a temática de modo a empoderar os cidadãos e estimulá-los a reivindicar seus direitos e exercer seus deveres.

3. JUSTIFICATIVA

A pandemia da COVID-19 deixou claro a necessidade de discussão e disseminação de informações entre a população para o enfrentamento de crises e o planejamento e a execução de políticas públicas no SUS, principalmente no âmbito

de ciência, tecnologia e inovação em saúde, que engloba produção e acesso de medicamentos, vacinas, EPIs e construção de políticas públicas. E é por meio dos Conselhos de Saúde que esse controle social deve ser exercido. Mas de nada adianta se essas discussões ocorrerem de forma superficial e por uma população desinformada. Com isso, se faz primordial a realização de ações de Educação Permanente em Saúde nesses espaços. Esclarecer a população sobre seus direitos, a torna capaz de reivindicar pautas importantes nas plenárias, trazendo qualidade às pautas e fortalecendo os Conselhos (LAUTENCHLEGER, 2022).

Logo, compreender se e de que forma essas discussões ocorrem é essencial para avaliá-las e aperfeiçoá-las, de forma a fortalecer a gestão do SUS e garantir a criação de políticas públicas com base nas necessidades levantadas pela população.

4. OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Analisar como o tema ciência, tecnologia e inovação em saúde esteve presente nas produções do Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis no período da pandemia da COVID-19 (2020-2022).

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as propostas relacionadas à ciência, tecnologia e inovação em saúde presentes no relatório da 10^a e da 11^a Conferência Municipal de Saúde de Florianópolis.
- Analisar as atas das plenárias ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis, no período de 2020 a 2022, e buscar registros referentes à discussão de temas relacionados à ciência, tecnologia e inovação em saúde, identificando o proponente (conselheiros dos segmentos gestor, trabalhadores e usuários ou não conselheiros).
- Analisar outras produções do Conselho Municipal de Saúde relacionadas à ciência, tecnologia e inovação em saúde no período de 2020 a 2022.

5. METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido a partir de uma análise documental qualitativa das atas das plenárias do Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis no período de 2020 a 2022, do relatório final da 10ª Conferência Municipal de Saúde realizada em 2019 e das postagens nas redes sociais (Facebook e Instagram) Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis.

Foi realizada uma leitura aprofundada no relatório final da 10ª Conferência Municipal de Saúde para a identificação das propostas relacionadas à ciência, tecnologia e inovação em saúde.

A 11ª Conferência Municipal de Saúde de Florianópolis foi realizada no período de 30 de março a 01 de abril de 2023. Apesar da intenção de análise do relatório desta Conferência, a mesma não foi possível pois o relatório final ainda não havia sido divulgado até a primeira quinzena de maio de 2023.

Realizou-se a leitura das atas, disponibilizadas no site do Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis (<http://cms.pmf.sc.gov.br/?p=documentos&tipo=ata/>), por meio da procura de palavras-chave, identificando sentenças relacionadas ao tópico ciência, tecnologia e inovação em saúde, e analisando o proponente e a circunstância em que foi inserido (POPE *et al.*, 2000).

Foram analisadas uma ata de cada ano - escolhidas aleatoriamente - para auxílio da definição das palavras-chave. As atas selecionadas foram: 173ª (18/02/2020), 191ª (29/06/2021) e 209ª (25/10/2022). Nota-se que cada uma delas integra um período diferente dos anos (primeiro, segundo e quarto trimestre, respectivamente), escolhidos para oportunizar a análise das demandas das diferentes épocas da pandemia como o início da pandemia e o início da oferta das vacinas. As palavras-chave inicialmente definidas foram: medicamento, vacina, EPIs (máscara, N95), tecnologia, inovação em saúde, ciência, insumos, seringa, equipamentos, patentes, indústria e políticas públicas. Após a leitura integral das 3 atas foram adicionadas as seguintes palavras-chave: remédio, medicação(ões), teste, testagem, luva, PCR.

Ao total foram analisadas 37 reuniões ordinárias ou extraordinárias, assim distribuídas:

- 2020: 12 atas (173ª reunião a 184ª reunião)
- 2021: 14 atas (185ª reunião a 198ª reunião)

- 2022: 11 atas (199º reunião a 209º reunião)

Dessa forma, foi investigada a presença ou ausência desse tema nas plenárias, bem como o contexto e a frequência com que aparecem.

A leitura das proposições foi realizada após identificar as palavras-chave no texto. Em seguida, verificou-se em qual pauta a proposição estava inserida, quem era o seu proponente e em que contexto ela se encaixava. Por fim, esses dados foram tabulados em uma planilha do Google Planilhas.

A análise das outras produções do Conselho Municipal de Saúde relacionadas à ciência, tecnologia e inovação em saúde no período de 2020 a 2022 foi realizada com a consulta nas redes sociais (Instagram - <https://www.instagram.com/conselhosaudefloripa/> e Facebook - <https://pt-br.facebook.com/cmsaude.floripa/>) buscando identificar a realização de seminários, palestras, rodas de conversa, atividades na comunidade ou outras ações para além da organização já estabelecida no conselho (Plenária; Câmara Técnica, Comissões Temáticas: Permanentes e Temporárias e Grupos de Trabalho). As postagens encontradas nas redes sociais compatíveis com a temática do estudo foram distribuídas nas categorias previamente definidas.

As categorias foram elaboradas simultaneamente à leitura dos trechos, de acordo com os temas observados em cada um. Trechos que discutiam o mesmo assunto foram agrupados em uma mesma categoria. Salienta-se que um mesmo trecho pode ser classificado em mais de uma categoria, de acordo com o assunto retratado. Foram definidas nove categorias para classificar as propostas da 10ª Conferência, os trechos das atas das plenárias e de outras produções encontradas nas redes sociais do Conselho Municipal de Saúde.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a leitura das atas e das propostas da conferência, as categorias definidas no estudo são:

- Categoria 1 - Ampliação do acesso a medicamentos, insumos e vacinas;
- Categoria 2 - Desabastecimento de medicamentos, insumos e vacinas;
- Categoria 3 - Estratégias de testagem contra a COVID-19;
- Categoria 4 - Estratégias de vacinação contra a COVID-19;

- Categoria 5 - Organização do serviço na pandemia da COVID-19;
- Categoria 6 - Participação e fortalecimento do controle social;
- Categoria 7 - Pressão para prescrição e uso de medicamentos comprovadamente sem eficácia;
- Categoria 8 - Qualidade da informação em saúde;
- Categoria 9 - Reconhecimento da importância das vacinas.

6.1. ANÁLISE DA TEMÁTICA NA 10ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE

A 10ª Conferência Municipal de Saúde de Florianópolis, realizada no ano de 2019, deu origem a 54 propostas municipais e seis propostas englobando os âmbitos estadual e nacional. Das 60 propostas, apenas três envolviam o tema Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde e todas pertenciam ao âmbito municipal. Em relação às onze moções aprovadas, nenhuma delas abrangia a temática de estudo deste trabalho.

As três propostas selecionadas (propostas 2, 5 e 46 do relatório) tratam, respectivamente, da inclusão de medicamentos na Relação Municipal de Medicamentos (REMUME), do aumento da oferta de equipamentos/tecnologia e da garantia do acesso aos medicamentos quando prescritos por profissionais enfermeiros da Secretaria Municipal de Saúde. Todas estão relacionadas a Categoria 1 (Ampliação do acesso a medicamentos, insumos e vacinas).

6.2. ANÁLISE DA TEMÁTICA NAS REDES SOCIAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

No que se refere às outras produções do Conselho, foram analisados o site do Conselho Municipal e as redes sociais Facebook e Instagram, no período de 2020 a 2022. No Instagram do Conselho - que aparentou ser pouco utilizado - não foram verificados eventos extras além de campanhas de vacinação no mês de setembro de 2022 e outubro de 2021.

Quanto ao Facebook, apresenta-se mais ativo quando comparado ao Instagram, devido a maior quantidade de postagens. Foram encontrados:

- Relatórios da situação da COVID-19 no município e posts de campanha de vacinação contra a COVID-19, relacionados com a categoria 4 (Estratégias de vacinação contra a COVID-19);

- Campanha de vacinação para outras enfermidades, que se enquadra na categoria 9 (Reconhecimento da importância das vacinas);

- Nota referente à falta de medicamentos, que se enquadra na categoria 2 (Desabastecimento de medicamentos, insumos e vacinas) e ao funcionamento das farmácias públicas durante o ano de 2020, item que se enquadra na categoria 5 (Organização do serviço na pandemia da COVID-19);

- Divulgação de roda de conversa sobre a vacina da COVID-19 e esclarecimento sobre informações falsas quanto à prevenção da COVID-19, itens que entram na categoria 8 (Qualidade da informação em saúde);

- Nota de recomendação à prefeitura sobre as providências diante do agravamento da COVID-19, item que se encaixa na categoria 6 (Participação e fortalecimento do controle social).

Na Tabela 1 está apresentada a categorização das produções encontradas no Facebook do Conselho Municipal de Saúde.

Tabela 1. Distribuição quantitativa dos posts do Facebook do Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis nas categorias de análise, 2020 - 2022.

Ano	Quantidade de trechos por categorias								
	Categoria 1	Categoria 2	Categoria 3	Categoria 4	Categoria 5	Categoria 6	Categoria 7	Categoria 8	Categoria 9
2020	-	-	-	-	2	-	-	2	2
2021	1	1	-	8	-	1	-	2	2
2022	-	-	-	5	-	-	-	1	4
Total	1	1	0	13	2	1	0	5	8

Legenda: Categoria 1 - Ampliação do acesso a medicamentos, insumos e vacinas / Categoria 2 - Desabastecimento de medicamentos, insumos e vacinas / Categoria 3 - Estratégias de testagem contra a COVID-19 / Categoria 4 - Estratégias de vacinação contra a COVID-19 / Categoria 5 - Organização do serviço na pandemia da COVID-19 / Categoria 6 - Participação e fortalecimento do controle social / Categoria 7 - Pressão para prescrição e uso de medicamentos comprovadamente sem eficácia / Categoria 8 - Qualidade da informação em saúde / Categoria 9 - Reconhecimento da importância das vacinas.

6.3. ANÁLISE DA TEMÁTICA NAS ATAS DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE NO PERÍODO DE 2020 A 2022

O número de atas e trechos utilizados, distribuídos por ano, está representado na Tabela 2.

Dentre as 37 atas analisadas, quatro não apresentaram nenhum resultado relacionado a temática da Ciência, tecnologia e inovação em saúde e uma não abrangia nenhuma das palavras-chave. Três atas excluídas são de 2022 (200^a, 203^a e 207^a) e uma do ano de 2021 (196^a). Logo, foram utilizadas 33 atas para o estudo. O mesmo se deu com os trechos retirados das atas. Ao todo foram 171 o número de trechos selecionados por meio das palavras-chave, mas após a leitura intensiva de cada um, 43 trechos foram retirados, pois não se enquadram no tema.

Tabela 2. Análise quantitativa das atas do Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis, 2020 - 2022.

Ano	Atas disponíveis no site do CMS	Atas não utilizadas	Trechos selecionados	Trechos excluídos após análise	Trechos utilizados
2020	12	-	86	17	69
2021	14	1	45	10	40
2022	11	3	40	16	24
Total	37	4	171	43	128

CMS: Conselho Municipal de Saúde

Nota-se um declínio da temática no decorrer dos anos, o que sugere que a discussão de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde acompanhou a evolução da pandemia.

Em relação à categorização dos trechos, a Tabela 3 representa a divisão quantitativa de trechos por categoria. Reitera-se que um trecho pode ser classificado em mais de uma categoria, a depender do teor da discussão.

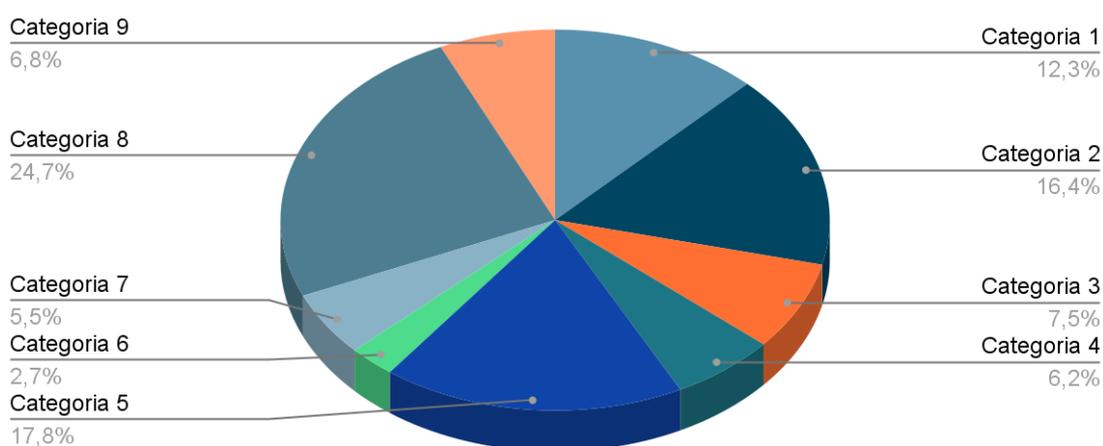
Tabela 3. Distribuição quantitativa dos trechos das atas do Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis nas categorias de análise, 2020 - 2022.

Ano	Quantidade de trechos por categorias								
	Categoria 1	Categoria 2	Categoria 3	Categoria 4	Categoria 5	Categoria 6	Categoria 7	Categoria 8	Categoria 9
2020	10	6	11	-	24	2	6	15	3
2021	7	9	-	7	-	1	1	15	4
2022	1	9	-	2	2	1	1	6	3
Total	18	24	11	9	26	4	8	36	10

Legenda: Categoria 1 - Ampliação do acesso a medicamentos, insumos e vacinas / Categoria 2 - Desabastecimento de medicamentos, insumos e vacinas / Categoria 3 - Estratégias de testagem contra a COVID-19 / Categoria 4 - Estratégias de vacinação contra a COVID-19 / Categoria 5 - Organização do serviço na pandemia da COVID-19 / Categoria 6 - Participação e fortalecimento do controle social / Categoria 7 - Pressão para prescrição e uso de medicamentos comprovadamente sem eficácia / Categoria 8 - Qualidade da informação em saúde / Categoria 9 - Reconhecimento da importância das vacinas.

Na Figura 1 é possível verificar a distribuição percentual dos trechos analisados por categorias.

Figura 1. Distribuição dos trechos das plenárias do Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis nas categorias de análise, 2020 - 2022.



Legenda: Categoria 1 - Ampliação do acesso a medicamentos, insumos e vacinas / Categoria 2 - Desabastecimento de medicamentos, insumos e vacinas / Categoria 3 - Estratégias de testagem contra a COVID-19 / Categoria 4 - Estratégias de vacinação contra a COVID-19 / Categoria 5 - Organização do serviço na pandemia da COVID-19 / Categoria 6 - Participação e fortalecimento do controle social / Categoria 7 - Pressão para prescrição e uso de medicamentos comprovadamente sem eficácia / Categoria 8 - Qualidade da informação em saúde / Categoria 9 - Reconhecimento da importância das vacinas.

A análise das atas aponta a presença do tema da Ciência e Tecnologia, conforme apresentado na Tabela 3 e na Figura 1, em especial nos aspectos relacionados à qualidade da informação em saúde (24,7%), à organização do serviço de saúde na pandemia da COVID-19 (17,8%) e ao desabastecimento de medicamentos, insumos e vacinas (16,4%).

Nos itens a seguir estão apresentadas a discussão das categorias identificadas neste estudo.

6.3.1. Categoria 1 - Ampliação do acesso a medicamentos, insumos e vacinas

Esta categoria aborda tópicos quanto a compra de insumos, vacinas e suas demandas; ampliação do número de farmácias; descentralização do acesso a medicamentos; inserção de medicamentos da REMUME; estudos em desenvolvimento para medicamentos e vacinas.

Como mostra a Tabela 3, essa categoria apareceu 18 vezes nos trechos das atas, resultando em 12,3% dos achados, tendo uma maior prevalência em 2020 e 2021, com dez e sete trechos, respectivamente. Foi uma das categorias que mais tiveram presença nas discussões das plenárias. Realidade que também é encontrada com unanimidade na análise do relatório da 10ª Conferência, visto que as três propostas relacionadas com Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde se encaixam nesta categoria.

No ano de 2020, metade dos trechos relacionados a esse item estava presente em fevereiro, momento que precede o anúncio de pandemia causada pelo vírus Sars-COV-2. Nessa etapa os trechos encontrados buscam principalmente aumentar o acesso da população a grupos específicos de medicamentos, por meio da descentralização da dispensação desses medicamentos, de forma a facilitar o acesso da população, como é possível observar nos trechos abaixo:

“[...] Ampliar o acesso aos medicamentos do componente especializado: Descentralização dos medicamentos de ASMA, DPOC e dislipidemias para 100% das farmácias de referência que possuem mais de um farmacêutico. [...] Ampliar o número de UDM – Unidade de Dispensação de Medicamentos Antirretrovirais [...]”

(Trecho extraído da plenária nº 173 de Fevereiro de 2020 - falas do conselheiro do segmento de gestão).

Na mesma lógica dos medicamentos, identifica-se a demanda de ampliação do acesso a testes de enfermidades prevalentes no município, sejam elas sazonais ou não, como o HIV (por meio da criação de Centros de Testagem e Resposta Rápida (CTRr)) e a dengue (fortalecendo as ações de vigilância e combate as arboviroses).

A outra metade dos trechos é distribuída ao longo do ano e não segue um padrão específico como o observado acima. A descentralização dos insumos de HIV continua presente, mas agora devido ao fechamento de algumas farmácias em virtude da pandemia, como é possível observar no trecho a seguir:

“Informou que como uma pessoa portadora de HIV, precisa de acesso aos seus medicamentos com máxima urgência. Apresentou a informação que o Município conta com dez farmácias referências, sendo que cinco delas estão fechadas devido a funcionários estarem afastados em decorrência do Coronavírus.[...] Finalizou informando que a descentralização do Serviço de Distribuição de Medicamentos seria fundamental nesse momento.”
(Trecho extraído da plenária nº 183 de Novembro de 2020 - fala do conselheiro do segmento usuário)

Ademais, encontram-se falas que retratam a necessidade de ampliar o acesso de insumos utilizados no enfrentamento à pandemia do coronavírus, como testes e futuras vacinas.

Quanto às propostas encontradas no relatório da 10ª Conferência, uma delas está relacionada à inclusão de novos medicamentos na REMUME, tópico que podemos conectar com um dos trechos da plenária que cita a situação de vulnerabilidade social durante a pandemia, na qual usuários não têm condições de comprar medicamentos que não estão padronizados no SUS. Segue trecho abaixo:

“[...]Aumento de matriciamento com as Equipes de Saúde da Família de usuários em situação de vulnerabilidade social e que não conseguem comprar medicamentos não fornecidos pelo SUS.” *(Trecho extraído da plenária nº 176 de Junho de 2020 - fala do conselheiro do segmento gestor).*

Essa demanda provoca uma reflexão quanto à função da REMUME e a sua abrangência acerca das necessidades farmacológicas da população envolvida por ela. Outro tópico a se pensar é: será a REMUME insuficiente ou os prescritores que não seguem as linhas de tratamento protocoladas pelo SUS? Como fugiria do escopo dessa pesquisa, o presente estudo não tem o propósito de responder essa pergunta, mas apenas trazer essa observação.

No ano de 2021, essa temática esteve inteiramente relacionada a estratégias de compra de vacinas da COVID-19 e a pesquisas quanto a sua produção. A análise desses trechos reforça a função das plenárias do conselho como um espaço de discussão e informação sobre a aquisição das vacinas, de forma a agregar conhecimento aos conselheiros.

Discute-se muito a possibilidade de compra independente de vacinas pelo estado ou município, sem esperar pela iniciativa do poder executivo. O trecho retirado da ata 185^a de Janeiro de 2021, traz esse exemplo:

“Expôs que a compra de vacinas pelo setor público parece muito mais uma “miragem” do que realidade, explicou a afirmação, argumentando que do ponto de vista legal, teoricamente o setor privado, só vai conseguir comprar vacinas após o setor público finalizar a compra de vacinas para imunizar em torno de 48% da população. Declarou ainda, que nenhum Estado vai poder comprar vacinas antes do Governo Federal conseguir adquirir vacinas para executar seu plano de vacinação. O que pode acontecer é o Governo Federal convidar Estados e Municípios a auxiliarem no pagamento das vacinas, e que na sua visão Estados mais ricos, devem conseguir vacinas antes de outros mais pobres, o que é algo imoral em sua visão.”

Analisando a fala do Presidente do Conselho Municipal de Saúde da época, havia uma insegurança e um descrédito quanto às ações do executivo perante o manejo da pandemia. Além disso, no que se refere aos Estados, o acesso às vacinas está diretamente relacionada com o poder econômico dos mesmos. Ou seja, estados mais ricos tendem a conseguir o acesso mais facilmente do que aqueles que carecem de poder de compra, caso a compra não seja centralizada pelo Ministério da Saúde, promovendo inequidade no acesso.

No âmbito mundial essa situação não é diferente, países com maior poder aquisitivo conseguiram comprar uma maior quantidade de vacinas em um menor período de tempo, o que para Bermudez (2022) é um plano ganancioso, pois o acesso às vacinas torna-se uma disputa de mercado de algo que deveria ser um bem público. Além disso, a compra de quantidades excessivas de vacinas por alguns países impossibilita outros mais pobres de conseguirem proteger sua população. Um exemplo, como mostrado no trecho a seguir, foi os Estados Unidos que doou uma quantidade de vacinas ao Brasil, pois estavam próximas do vencimento.

“[...]Em relação às vacinas falou que será falado com os players: “Como se sabe bem, tem uma série de vacinas da Astrazeneca que estão pra vencer nos EUA nos próximos 2 a 3 meses, por que houve um atraso na aprovação do uso da vacina no território, essa aprovação já está quase saindo, mas já houve a compra de outras vacinas, então eles estão dispostos a ceder essas e receber o pagamento em vacinas no futuro, e não em dinheiro”

(Trecho retirado da ata 188ª de Março de 2021 - fala do conselheiro do segmento gestor)

Já no ano de 2022, há uma relevante diminuição da presença desse tema, apresentando-se somente uma vez, informando a compra de máscaras com o intuito de distribuir para a população.

A análise desta categoria aponta a discussão sobre a oferta de serviços para ampliar o acesso aos medicamentos, às vacinas e às máscaras, insumos fundamentais para a diminuição da contaminação da COVID-19. Importante destacar a preocupação do controle social para garantia de medidas que promovam o acesso universal a toda a população, como a produção e a aquisição pública dos medicamentos e vacinas.

6.3.2. Categoria 2 - Desabastecimento de medicamentos, insumos e vacinas

Os conteúdos aqui categorizados referem-se à falta de medicamentos, insumos e vacinas, seja por problema de compra/aquisição, fornecimento ou de produção.

A categoria 2, de acordo com a Tabela 2, foi uma das mais presentes nas plenárias (16,4%), com 24 trechos extraídos. Quanto às postagens nas redes sociais do Conselho, esse tema apareceu somente uma vez na forma de informativo sobre os medicamentos faltantes no município.

Com a análise dos trechos torna-se possível perceber que essa categoria gira em torno de três pontos:

1. Falta de medicamentos
2. Falta de testes e insumos
3. Falta de vacinas

O ponto 1 traz consigo a preocupação da população quanto à falta de alguns medicamentos no município, que logo é esclarecida pelo Presidente do Conselho, o qual explica que a compra de medicamentos depende de fatores como licitação, interesse de laboratórios, do Governo Federal - que tem responsabilidade sobre a aquisição de alguns medicamentos, como os anti retrovirais - de disponibilidade de matérias primas, etc.

O ponto 2 apresenta a aflição da população quanto à falta de testes e insumos. Percebe-se que a grande demanda desses itens levou a falta dos mesmos em alguns momentos. Como insumos foram considerados preservativos e gel

lubrificante, equipamentos de proteção individual (EPIs) e kits de teste de dengue. Já os testes estavam relacionados aos testes da COVID-19 e de Leishmaniose.

O último ponto expõe a preocupação da comunidade pela continuidade da vacinação, pois relacionam o fim da pandemia com o quantitativo de pessoas vacinadas. Considerando o contexto de dificuldade na compra das vacinas e no interesse da população em se imunizar, os imunizantes esgotam rapidamente. Logo, este foi um tema que teve grande presença dentro do tópico “desabastecimento de medicamentos, insumos e vacinas”.

Este item reflete a necessidade de implementar políticas públicas que invistam no setor de produção e desenvolvimento de tecnologias e inovação em saúde. Segundo Gadelha, Fernandes e Maldonado (2021) a base produtiva instalada no Brasil é importante para garantir o acesso universal à vacinação no país, mas os esforços de inovação ainda têm se mostrado insuficientes. A dependência externa do Brasil quanto à tecnologia na área da saúde traz consigo o despreparo para lidar, por exemplo, com situações emergenciais, como a pandemia do coronavírus. É essencial construir uma base produtiva e tecnológica voltada às necessidades do SUS, baseada em políticas públicas de pesquisa, ciência e tecnologia, mirando numa soberania nacional na produção de insumos, medicamentos e vacinas (BERMUDEZ, 2022).

6.3.3. Categoria 3 - Estratégias de testagem contra a COVID-19

Aborda itens sobre tipos de testes disponibilizados; população alvo para testagem; doação de testes; aumento e criação dos centros de testagem; quantidade de testes realizados; planos de testagem; compra de testes.

A categoria 3 não esteve tão presente nas atas (7,5%), aparecendo somente no ano de 2020, em onze trechos, como consta na Tabela 3. Nota-se a sua presença somente no período em que a vacina contra a COVID-19 ainda não estava disponível.

Algumas das estratégias de enfrentamento da COVID estipuladas em Florianópolis foram a ampla testagem da população, a criação de Centros de Testagem Distritais e o monitoramento de usuários considerando uma definição de critérios sensíveis para testagem de casos leves e contatos próximos. A falta de respostas para muitas questões relacionadas ao coronavírus levou o município a criar um comitê de enfrentamento da crise e criar seu próprio protocolo e um guia

baseado em evidências para o manejo da COVID-19 adaptado à realidade clínico-epidemiológica de Florianópolis. No entanto, devido a atualização de informações e novas descobertas sobre o coronavírus, o guia, chamado de PACK, foi atualizado oito vezes no ano de 2020 (SILVEIRA *et al.*, 2022).

Considerando a falta de conhecimento do coronavírus e as rápidas atualizações das suas informações, é compreensível a série de dúvidas advindas da população quanto, entre outras coisas, aos testes e é principalmente sobre isso que a categoria “estratégias de testagem contra a COVID” está relacionada.

Diante disso, novamente o conselho de saúde se apresenta como um local de discussão e disseminador de informação ao esclarecer sobre as diferenças dos testes disponibilizados e explicar sobre as estratégias de testagem. Esse último é exemplificado em um dos trechos retirados das atas:

“Por exemplo, nós estamos fazendo testes e o município vizinho ainda não está. Então agora estamos tentando fazer uma parceria para disponibilizar testes para que eles possam testar todas as pessoas suspeitas e a partir dos contaminados testarem todos os contatos como estamos fazendo aqui, pois se eles aumentarem a capacidade de testagem deles nós teremos uma segurança maior para a cidade.”

(Trecho da ata nº 174 de Maio de 2020 - fala do conselheiro do segmento gestor)

Além disso, a alta demanda de testes levou por muitas vezes à falta dos mesmos no município, o que demandou do Presidente do Conselho Municipal explicações acerca da compra de testes. Para mais, o repasse de dados relacionados à testagem da população torna a discussão mais transparente e os usuários mais conscientes das situações de saúde e mais qualificados para demandar mudanças nas ações públicas que podem promover a melhora do acesso e tratamento da população.

6.3.4. Categoria 4 - Estratégias de vacinação contra a COVID-19

A categoria 4, que trata de itens sobre plano de vacinação (nacional e municipal); recebimento de doses no município; população-alvo para vacinação e seus critérios; centros de vacinação, foi uma das menos presente nas discussões das plenárias (6,2%), com nove trechos encontrados - sete no ano de 2021 e dois em 2022. Em contrapartida, nas postagens do Facebook do Conselho essa categoria foi a que mais se destacou, com treze posts no total. Esse item começa a aparecer somente no ano de 2021, o que se justifica pois o acesso à vacina da COVID-19 só ocorreu neste mesmo ano.

Da mesma forma que a categoria “estratégias de testagem contra a COVID-19”, a categoria 4 também levantou muitas dúvidas na sociedade, que ao longo das plenárias, foram sanadas pelos representantes da gestão municipal.

Segundo Leite et al. (2014) o exercício da cidadania pelos usuários está diretamente relacionado ao seu empoderamento, que é considerado como o processo pelo qual os que detêm o poder (nesse caso, os profissionais de saúde) favorecem aos usuários a aquisição e uso do poder necessário (empoderamento da informação) para tomar decisões que afetam a si ou sua vida. O empoderamento da informação, pelo usuário do SUS, torna essa categoria um ser ativo e participativo e não apenas um receptor passivo da informação. Partindo dessa hipótese, pode-se considerar que compartilhar informações - baseadas na ciência - sobre as vacinas é extremamente favorável à adesão dos usuários à vacinação.

Explicações quanto ao processo de imunização (início pelos mais idosos devido a redução da capacidade imunológica); o uso de diferentes vacinas como reforço; a capacidade de imunização das vacinas e transparência no número de vacinados e de doses recebidas foram alguns dos tópicos abordados e esclarecidos à população.

Quanto ao Facebook do Conselho, as treze postagens referentes a essa categoria se caracterizam como relatórios da situação da COVID-19 no município ou como posts de campanha de vacinação contra a doença, informando datas, locais e população alvo.

O leitor verá que é possível relacionar o aparecimento da categoria 3 e da categoria 5 em 2020 (que será demonstrado no tópico a seguir) e a (quase) ausência das mesmas nos anos seguintes com a presença da categoria “estratégias de vacinação contra a COVID-19” somente a partir de 2021. Entende-se que enquanto não surgia a vacina contra a COVID-19, era necessário tomar medidas para monitorar e conter a pandemia. A partir do momento em que a vacina é disponibilizada, ela se torna o foco no combate ao coronavírus. Logo, compreende-se que desde 2020, as ações do município foram baseadas em evidências científicas, e conduzidas de modo a combater a desigualdade no campo da saúde.

6.3.5. Categoria 5 - Organização do serviço na pandemia da COVID-19

Aborda itens sobre protocolos e medidas de contenção da COVID-19 estabelecidas no município (medidas de isolamento/distanciamento social, uso de máscaras, testagem em massa, barreira sanitária etc); possibilidade de abertura do comércio e a volta da circulação dos ônibus; aquisição de testes e EPI's; monitoramento de casos pelo sistema de saúde da cidade; negligenciamento de alguns serviços e priorização de outros de acordo com a demanda; treinamento de profissionais; aumento dos centros de testagem; plano de vacinação.

Esta categoria está entre as três mais comentadas nas atas das plenárias (17,8%), com 26 trechos selecionados, majoritariamente presentes no ano de 2020, com 24 trechos, estando os outros dois presentes em 2022, representado na Tabela 2.

Os dois únicos posts encontrados no Facebook do Conselho que estão relacionados a essa categoria informam o funcionamento das farmácias públicas durante a pandemia no ano de 2020.

Por ser uma situação nova e emergencial de saúde, a pandemia do coronavírus, devido a falta de informações, trouxe dificuldades quanto à sua condução. Assim, cada município gerenciou e organizou os seus serviços do modo que melhor avaliou a conjuntura social. De acordo com os trechos retirados das atas, de 2020 principalmente, houve uma explicação detalhada - pelo Presidente do Conselho - das estratégias executadas pelo município, com o propósito de esclarecer à população a forma que o serviço estava sendo organizado. Dentre as ações comentadas podemos citar: testagem em massa tanto de sintomáticos quanto de assintomáticos; medidas educacionais de conscientização da população; decretos de distanciamento social; barreiras sanitárias; acolhimento de moradores de rua ou que tenham dificuldade de isolamento; teleconsultas; abertura/fechamento de alguns serviços, entre outros.

Percebe-se que mesmo diante de um governo que desacredita na gravidade da pandemia e considera exagero o isolamento e o fechamento de serviços e que prioriza a segurança do comércio, o município pautou suas ações em evidências científicas, priorizando a saúde e as necessidades da sociedade.

Explorando os trechos dessa categoria, entende-se que a sua maior presença no ano de 2020 é devido à inexistência da vacina e à urgência em organizar os serviços para frear a rápida evolução da pandemia.

6.3.6. Categoria 6 - Participação e fortalecimento do controle social

Esse item trata de tópicos sobre a participação e colaboração do Conselho de Saúde nas discussões sobre a pandemia, e a produção de documentos, cartas, debates e comissões que destacaram o protagonismo do conselho na defesa da ciência.

Analisando a Tabela 3, percebe-se que a categoria 6 foi a que menos surgiu nos debates das plenárias (2,7%), com apenas 4 trechos. Essa ideia é reforçada quando observamos a Tabela 3, em que a categoria aparece somente uma vez entre as postagens nas redes sociais do Conselho Municipal.

As proposições encontradas refletem a preocupação dos conselheiros de difundir, à sociedade, conhecimento acerca da situação da COVID no município; debater, por meio de comissões, temas recorrentes nas plenárias; divulgar o trabalho do Conselho Municipal de Saúde; e reivindicar dos governos estadual e municipal políticas mais efetivas contra a COVID-19.

Uma hipótese para o baixo número de proposições relacionadas ao controle social é a falta de conhecimento da sociedade acerca dos seus direitos na participação da gestão do SUS, essencial para promover políticas públicas adequadas à realidade da população. Se a população não sabe do seu importante papel no controle do sistema de saúde e não participa das tomadas de decisões, consequentemente não reivindica seus direitos. Isso resulta em um sistema no qual as políticas não se adequam às reais necessidades da sociedade, as ações do governo não são fiscalizadas e as desigualdades sociais são potencializadas.

Para evitar um sistema de saúde iníquo e desigual se faz necessário implementar estratégias de Educação Permanente, que de acordo com Júnior, Ágape, Machado e Silva (2021) fortalecem o exercício do controle social, munindo-o de argumentos e capacidade crítica, dando subsídio para tomada de decisões. Nesse contexto, considera-se preocupante a carência desse tema nas discussões do conselho - um dos principais locais para praticar o controle social - , pois essa escassez vem acompanhada de uma análise superficial da sociedade acerca do seu sistema de saúde, que apenas queixa-se dos problemas e não busca soluções a fim de melhorá-lo.

6.3.7. Categoria 7 - Pressão para prescrição e uso de medicamentos comprovadamente sem eficácia

Esta categoria aborda situações e relatos sobre o uso ou a prescrição de medicamentos sem evidência científica no tratamento da COVID-19.

Apesar de não ter sido um dos temas mais encontrados na análise das atas das plenárias (5,5%), é um assunto que foi muito discutido durante a pandemia da COVID-19, principalmente em 2020, ano em que haviam poucas informações sobre a característica da doença e do seu patógeno e muitas divergências quanto às formas de tratamento e prevenção. Ao analisar a Tabela 3, no ano de 2020 é quando esse item é mais citado, com seis trechos, enquanto em 2021 e 2022 é citado apenas uma vez. Podemos considerar que isso se deve ao fato de que em 2020 a vacina ainda estava em processo de estudo e produção, o que reforçou - não somente na sociedade civil como na médica - a dicotomia de ideias sobre a prevenção e o tratamento da COVID-19 no Brasil.

Houve muitas divergências entre as autoridades públicas sobre a gravidade da COVID-19 e, conseqüentemente, sobre o modo de enfrentar a pandemia. Nesse contexto, o movimento do governo federal foi diminuir a importância da crise sanitária e defender ações menos restritivas, priorizando estratégias de proteção à economia (DUARTE; BENETTI, 2022). O isolamento vertical (que objetiva isolar apenas grupos de risco da COVID-19), a “imunidade de rebanho” e o uso da (hidroxi)cloroquina e azitromicina (CQ/HCQ+AZ) naqueles que contraíssem a doença eram algumas das ações defendidas pelo poder executivo.

De acordo com Duarte e Benetti (2022), apesar de reconhecer a falta de estudos comprovando a eficácia da Cloroquina/Hidroxicloroquina para tratar a COVID-19, o Ministério da Saúde considerou o seu uso devido à escassez de possibilidades terapêuticas, à facilidade de acesso e ao baixo custo do tratamento. Além do Ministério, muitos profissionais médicos brasileiros compartilhavam da mesma opinião, como aqueles cadastrados no Médicos Pela Vida (MPV), uma organização de médicos que defende o tratamento precoce para a COVID-19 e a não obrigatoriedade da vacinação.(FERRARI et al., 2022).

Duarte e Benetti (2022) afirmam que “a busca por tratamentos eficazes é prejudicada pela proliferação de estudos pouco criteriosos e cujos resultados são ilusórios.” Essa ideia é corroborada quando, apesar dos inúmeros estudos reforçando que não há benefícios no uso de CQ/HCQ+AZ para tratar pacientes com

COVID-19, o Conselho Federal de Medicina (CFM) reforçou a fala do ministério e decidiu que os médicos devem ter autonomia para prescrever tratamentos a seus pacientes. Nos casos de prescrever o medicamento em questão, os médicos devem ter o consentimento do paciente, que deve estar consciente do risco dos efeitos colaterais, assim como do caráter experimental do medicamento.

Apesar da pressão para usar Cloroquina/Hidroxicloroquina - a análise dos trechos das plenárias esclarece que - a posição da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) é agir de acordo com evidências científicas, conforme pareceres publicados pela Comissão de Farmácia e Terapêutica¹. No entanto, de acordo com o presidente do Conselho Municipal de Saúde (CMS) da época, “[a Secretaria Municipal de Saúde] respeita a decisão dos médicos sobre as prescrições quando acharem necessário”.

6.3.8. Categoria 8 - Qualidade da informação em saúde

Essa categoria está relacionada com o fortalecimento da conscientização educacional; dúvidas e informações sobre a COVID-19, as vacinas, os testes e as medidas de prevenção não farmacológicas; dados divulgados pela mídia local; negação e defesa da ciência; orientações embasadas em protocolos; adesão ou não às vacinas devido a falsas informações.

Com 36 trechos, esse item foi o que mais apareceu na análise das atas (24,7%), o que representa bem a realidade da época, visto que esse tema esteve muito presente nos anos de pandemia da COVID-19.

Apesar do programa de imunização nacional ser referência mundial e ter quase 50 anos de existência com 45 diferentes imunobiológicos para toda a população (UNA-SUS, 2023), o movimento antivacina teve grande crescimento no Brasil, principalmente entre os anos 2018 e 2022, devido às falas do executivo da época. Declarar-se contra as vacinas da COVID-19 e contra a sua obrigatoriedade (CNN, 2020), assim como acusar à ANVISA de ter conflitos de interesse (LOPES,

¹ Parecer técnico-científico sobre o uso de ivermectina no tratamento e na profilaxia de COVID-19: disponível em

<https://a33db9f0dc.cbaul-cdnwnd.com/c793881c3fb9cbbbb6b1e55e16d1bc86/200000107-3e7d73e7da/Parecer%20IVERMECTINA%20para%20COVID-19.pdf>

Parecer técnico-científico sobre o uso de cloroquina ou hidroxicloroquina com ou sem azitromicina no tratamento e na profilaxia de COVID-19: disponível em

<https://a33db9f0dc.cbaul-cdnwnd.com/c793881c3fb9cbbbb6b1e55e16d1bc86/200000106-ac652ac655/Parecer%20CLOROQUINA%20ou%20HIDROXICLOROQUINA%20com%20ou%20sem%20azitromicina%20para%20COVID-19%20-%20Vers%C3%A3o%2001.07.2020.pdf>

2023) ou ainda considerar a COVID-19 apenas “uma gripezinha” (NEWS, 2020) foram alguns dos fatores que tornou o enfrentamento da COVID-19 no Brasil tão desafiador. Discursos como esse resultam em uma sociedade desacreditada do conhecimento científico, o que dificulta a sua conscientização - que neste caso está relacionada às medidas de prevenção da COVID-19, como uso de máscaras, distanciamento social, medidas de isolamento, vacinação etc. Nesse contexto, são encontradas inúmeras dúvidas e inseguranças advindas da sociedade e é compromisso do governo esclarecer essas dúvidas, desmentindo *fake news* e baseando-se na ciência.

Tão importante quanto a difusão de informação pelos governantes é o papel da imprensa nessa tarefa. Um dos trechos encontrados durante a análise das atas foi uma discussão sobre a discordância de dados de testagens entre diferentes mídias:

“[...]o Prefeito mandou uma nota para Cacau Menezes no ND Online que essa nota desinforma, ela é ruim. Fala que Florianópolis tem 100% de cobertura da família e esse número está defasado, fala que Florianópolis fez mais de 40 mil testes mais testes do que a Coreia do Sul e o Covidômetro está colocando a metade (20 mil testes) que tudo bem é bastante, mas não é o que ele mandou na nota que ele enviou para a imprensa. Nesse processo eu acredito que desinforma quando você passa a ter informações equivocadas, informações contrárias.”
(Trecho retirado da ata nº 178 de Julho de 2020 - fala do conselheiro do segmento usuário)

Ou seja, foi divulgado na imprensa um número maior de testes realizados do que aquele constatado no site de avaliação da situação da COVID no município, o Covidômetro (<https://covidometrofloripa.com.br/>). Esse tipo de divergência, além de desinformar, transmite uma desconfiança na população, que passa a não saber no que acreditar. De acordo com Duarte e Benetti (2022), o papel da imprensa como difusor de informações e das universidades como produtoras de conhecimento passam a ser contestados.

Durante o ano de 2020, a maioria dos trechos referentes a este item estão relacionados à preocupação quanto à adesão da sociedade à vacina da COVID; aos protocolos de prevenção e à conscientização da população. Em 2021, este item se aproxima mais de dúvidas quanto à vacinação (reações adversas, quantidade de doses necessárias, processo de imunização) e resolução das mesmas, e neste caso, sempre reforçando a ciência como subsídio para as informações e ações necessárias. Em 2022, além da preocupação com a adesão da vacina da COVID

nos grupos infantis, que dependem dos pais (estes, que muitas vezes debatem com crenças ao invés da ciência) para se vacinar, nasceu também uma preocupação quanto a uma possível vacina contra a varíola do macaco, doença com um crescente número de casos no Brasil e sem tratamento específico.

Nesse contexto, propagar informações de qualidade baseadas em evidências científicas nos espaços sociais torna-se desafiador, devido à rapidez com que essas informações fluem e se atualizam (ainda mais considerando a COVID-19, tema recente, que no início havia pouco conhecimento sobre). Além disso, é difícil - senão quase impossível - controlar a difusão da (des)informação que atenta contra a ciência e o impacto que ela tem na sociedade.

6.3.9 Categoria 9 - Reconhecimento da importância das vacinas

Trata de itens que explicam e fortalecem a necessidade de se vacinar (não apenas contra a COVID-19); que relacionam o fim da pandemia com a vacinação; estratégias para campanha de vacinação; informações sobre vacinas.

Essa categoria teve pouco destaque (6,8%) quando comparada a outras mais comentadas, como pode-se observar na Tabela 2. Ao todo foram 10 trechos pertencentes a essa categoria, com uma boa distribuição entre os anos: três em 2020, quatro em 2021 e três em 2022.

A análise desse tema nas atas mostra que apesar de muito presentes as dúvidas e as inseguranças em relação à vacina da COVID-19 (como observado na categoria anterior), é de se considerar o reconhecimento da importância das vacinas entre os participantes das plenárias. Desde o primeiro ano de análise, encontram-se falas que relacionam o fim da pandemia da COVID-19 com o surgimento da vacina, assim como há uma preocupação de divulgar essa ideia. Para além da COVID-19, identificam a necessidade de campanhas de vacinação contra outras doenças como por exemplo a febre amarela. Nas atas de 2022 os trechos relacionados a essa categoria fortalecem a necessidade das doses de reforço e de um plano vacinal para 2023, e trazem principalmente os impactos da vacinação, como diminuição no número de mortes e no número de casos positivos.

Esses relatos reforçam a ideia de Gadelha e colaboradores (2020) de que a vacina é uma das intervenções de saúde pública mais efetivas no mundo - apesar de comentários e movimentos contrários vindos de algumas porções da sociedade.

A Organização Mundial da Saúde considera a vacina como um componente essencial à saúde, e a responsabilidade da vacinação é compartilhada (BRASIL, 2003), ou seja, assim como o governo deve nos garantir o acesso às vacinas, cada indivíduo como comunidade deve não apenas lutar por essa garantia mas também acessá-la. Logo, a vacinação é uma responsabilidade individual, comunitária e governamental (GADELHA *et al.*, 2020).

No entanto, esse acesso está diretamente atrelado a questões econômicas e a necessidade de investimento na área de Tecnologia e Inovação em Saúde, assim como na formulação de políticas públicas voltadas para essa temática. No que tange à pandemia da COVID-19, Gonçalves-Alvim e Marino (2022) relatam a necessidade da participação social e a grande demanda de esforços provenientes de diferentes níveis governamentais e organizações voltadas à formulação de políticas públicas. No âmbito mundial, a pandemia exigiu a união de diversas fundações e órgãos de CT&I a fim de promover uma resposta coordenada e acelerada à COVID-19, incluindo pesquisas para desenvolvimento de vacinas, tratamentos farmacêuticos e fortalecimento de canais para o compartilhamento de informações entre os países (GONÇALVES-ALVIM; MARINO, 2022). No entanto, devido a banalização da pandemia e a falta de investimento na ciência pelo poder executivo, o Brasil não esteve tão presente nessas estratégias, acarretando no acesso tardio do Brasil às vacinas da COVID, situação que poderia ser mudada se houvesse maior participação social nas decisões públicas.

Diante disso, um aparato a ser utilizado é a Educação Permanente em Saúde (EPS), uma estratégia político-pedagógica que, com base nos problemas e necessidades da área da saúde, objetiva qualificar e aperfeiçoar os processos de trabalho nessa área, incorporando o ensino, a atenção à saúde, a gestão do sistema e a participação e controle social no cotidiano do trabalho, de modo a melhorar o acesso, a qualidade e a humanização da prestação de serviços (BRASIL, 2018).

Destaca-se a atuação do Conselho durante a pandemia, mesmo com limitações de realização de atividades presenciais, e como este espaço se tornou um espaço de defesa da ciência e das boas evidências neste período. Araújo Júnior e colaboradores (2021), em análise da atuação do Conselho Municipal de Saúde de Sobral e das contribuições da participação social na tomada de decisão e no acompanhamento da gestão pública durante a pandemia, destacam o papel do

controle social na efetivação do direito fundamental à boa administração pública no cenário de crise sanitária.

O Conselho consolidou-se como um espaço de discussão sobre a organização do serviço para atendimento à população na pandemia de COVID-19, em especial na disponibilização e oferta de vacinas e na análise dos dados epidemiológicos e teve a atuação reconhecida pelo Laboratório de Inovação desenvolvido pela OPAS/OMS Brasil e pelo Conselho Nacional de Saúde, na 4ª edição intitulada Conselhos de Saúde e Participação Social na resposta à COVID-19².

A análise das atas aponta uma preocupação constante no apoio às boas práticas para controle da COVID-19, apoiando a gestão da Secretaria Municipal de Saúde no uso de protocolos baseados nas evidências apontadas pela Organização Mundial de Saúde e na literatura de referência, se opondo a medidas adotadas pelo prefeito e demais secretarias que contrariavam essa lógica. Tal atuação também aconteceu no Conselho Nacional de Saúde, que atuou na construção do Plano Nacional de Enfrentamento à COVID-19 e teve uma postura combativa frente à negligência das ações federais.

² A experiência do Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis está disponível em <https://apsredes.org/lis-csps/rodas-de-conversas-virtuais-entre-conselheiros-de-saude-em-florianopolis-se-tornam-estrategias-permanentes-de-mobilizacao-e-educacao-permanente/>

7. CONCLUSÃO

A temática de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, apesar de não aparecer em discussões do Conselho Municipal de Saúde relacionadas à produção nacional de medicamentos, insumos e vacinas, se faz muito presente no que se refere ao acesso de insumos, medicamentos e vacinas e em como o serviço de saúde se organiza para promover o acesso universal e equânime. Da mesma forma, o compartilhamento de informações de qualidade baseadas na ciência é muito presente nas discussões, o que estimula o desenvolvimento de uma sociedade crítica, ciente dos acontecimentos ao seu redor e dos seus direitos. Dessa forma, o papel do Conselho Municipal de Saúde como um espaço de discussão e informação sobre a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação em saúde é corroborado.

A análise de como essa política se expressa no cotidiano da população reforça a necessidade do controle social pautar-se por boas evidências em saúde e ser um espaço de fomento de informações confiáveis para a população, priorizando as demandas da mesma e formulando políticas públicas baseadas nessas demandas. No que tange a pandemia da COVID-19, essa ideia foi reforçada, pois exigiu combater *fake news* acerca das vacinas e de medicamentos taxados erroneamente como tratamento para o coronavírus e fortalecer a importância das vacinas, por meio de uma linguagem adequada, principalmente considerando o momento atual de descrédito da população quanto à vacinação e de retorno de doenças até então erradicadas.

Para tanto, faz-se necessário um aprofundamento da discussão para compreender o papel dos municípios, estados e da união na produção pública de medicamentos, insumos e vacinas e o impacto que a dependência atual de matéria-prima estrangeira pode causar no SUS, especialmente em emergências sanitárias, como a pandemia do coronavírus. Nesse contexto, a presença do Conselho se faz necessária e essencial para fortalecer o controle social por meio da criação de grupos de trabalho ou comissões sobre a temática Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, da realização de fóruns e rodas de conversas, e da inclusão do tema na educação permanente dos conselheiros.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO JÚNIOR, David Gomes; ÁGAPE, Leila Cristina Severino; MACHADO, Edilson de Sousa; SILVA, Diego Nascimento. CONTROLE SOCIAL COMO ESTRATÉGIA DE EFETIVAÇÃO DA BOA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FRENTE À COVID-19. **Sanare - Revista de Políticas Públicas**, [S.L.], v. 20, p. 39-46, 11 maio 2021. Escola de Saúde Pública Visconde Saboia. <http://dx.doi.org/10.36925/sanare.v20i0.1506>.

BERMUDEZ, Jorge. **Solidariedade ou Apartheid?** Lições aprendidas na pandemia. São Paulo: Escola Nacional de Formação e Qualificação Profissional dos Farmacêuticos, 2022.

BRASIL. **Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Presidência da República: Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, p. 1-15, 19 set. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Lei no 8142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Presidência da República: Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, n. 8, 28 dez. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselhos de saúde: a responsabilidade do controle social democrático do SUS / Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013. 28 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Política nacional de ciência, tecnologia e inovação em saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia – 2. ed.–

Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2008. 44 p. – (Série B. Textos Básicos em Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento? Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação na Saúde – 1. ed. rev. – Brasília : Ministério da Saúde, 2018. 73 p. : il.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Programa Nacional de Imunizações 30 anos**. Brasília: MS, 2003. 208 p. (Série C. Projetos e Programas e Relatórios). Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livro_30_anos_pni.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023

Bolsonaro: ‘Vacina não será obrigatória e ponto final’. **CNN Brasil**, 2020. Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/bolsonaro-vacina-nao-sera-obrigatoria-e-ponto-final/>>. Acesso em: 16 jun. 2023.

DUARTE, Daniel Edler; BENETTI, Pedro Rolo. Pela Ciência, contra os cientistas? Negacionismo e as disputas em torno das políticas de saúde durante a pandemia. **Sociologias**, [S.L.], v. 24, n. 60, p. 98-138, ago. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/18070337-120336>

FERNANDES, Daniela Rangel Affonso; GADELHA, Carlos Augusto Grabois; MALDONADO, José Manuel Santos de Varge. Vulnerabilidades das indústrias nacionais de medicamentos e produtos biotecnológicos no contexto da pandemia de COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 37, n. 4, p. 1-14, 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00254720>.

FERRARI, Isaura Wayhs; GRISOTTI, Márcia; AMORIM, Lucas de Carvalho de; RODRIGUES, Larissa Zancan; RIBAS, Marcella Trindade; SILVA, Cristiane Uflacker da. “Tratamento precoce”, antivacinação e negacionismo: quem são os médicos pela

vida no contexto da pandemia de covid-19 no brasil?. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 27, n. 11, p. 4213-4213, nov. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320222711.09282022>.

GADELHA, Carlos Augusto Grabois; BRAGA, Patricia Seixas da Costa; MONTENEGRO, Karla Bernardo Mattoso; CESÁRIO, Bernardo Bahia. Acesso a vacinas no Brasil no contexto da dinâmica global do Complexo Econômico-Industrial da Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 36, n. 2, p. 1-17, 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00154519>.

GONÇALVES-ALVIM, Silmary de Jesus; MARINO, Pedro de Barros Leal Pinheiro. Fomento à ciência, tecnologia e inovação (CT&I): mapeamento de políticas públicas no combate à pandemia de covid-19 no âmbito estadual. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S.L.], n. 37, p. 1-35, 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-3352.2022.37.250243>.

Krüger, Tânia Regina; Lemke, Ana Paula; Nardino, Daiana; Finger, Solange Janete; Meggiato, Jaqueline Rosa; de Almeida Nunes, Marta de Lourdes; Pedrini, Dalila Maria. As proposições das Conferências de Saúde e os Planos Municipais de Saúde: um estudo em municípios de Santa Catarina. *Saúde em Debate*, vol. 35, núm. 91, outubro-diciembre, 2011, pp. 508-521. Centro Brasileiro de Estudos de Saúde. Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406341765003>

LAUTENCHLEGER, Renata. O que se discute sobre assistência farmacêutica nos espaços de controle social? um estudo sobre o Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis. 2022. 44 f. Monografia (Especialização) - Curso de Farmácia, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

LEITE, Renata Antunes Figueiredo; BRITO, Emanuele Seicenti de; SILVA, Laís Mara Caetano da; PALHA, Pedro Fredemir; VENTURA, Carla Aparecida Arena. Acesso à informação em saúde e cuidado integral: percepção de usuários de um serviço público. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [S.L.], v. 18, n. 51, p. 661-672, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622013.0653>.

LEITE, Silvana Nair; MANZINI, Fernanda; VEIGA, Adelir da; LIMA, Maria Eufrásia Oliveira; PEREIRA, Marco Aurélio; ARAUJO, Suetônio Queiroz de; SANTOS, Ronald Ferreira dos; BERMUDEZ, Jorge Antonio Zepeda. Ciência, Tecnologia e Assistência Farmacêutica em pauta: contribuições da sociedade para a 16a conferência nacional de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 23, n. 12, p. 4259-4268, dez. 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/nBHFxqdc4LJFtWyJHLy4sGf/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 10 nov. 2022.

LOPES, Julliana. Bolsonaro volta a atacar vacinação infantil e Anvisa. **CNN Brasil**, 2022. Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-volta-a-atacar-vacinacao-infantil-e-a-nvisa/>>. Acesso em: 16 jun. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Site do Covid Saúde, 2020. Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em: 01/11/2022

MORAES, Rodrigo Fracalossi de. Ciência e pseudociência durante a pandemia de COVID-19: o papel dos “intermediários do conhecimento” nas políticas dos governos estaduais no Brasil. 2021. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/298-ciencia-e-pseudociencia-durante-a-pandemia-de-covid-19#:~:text=A>. Acesso em: 10 out. 2022.

NEWS, BBC. **2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de 'gripezinha', o que agora nega**. 2020. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>. Acesso em: 16 jun. 2023.

POPE, C.; ZIEDLAND, S.; MAYS, N. Analyzing qualitative data. *British Medical Journal*, 320, n. 114, 2000. Acesso em 14 de Novembro de 2022. Disponível em <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1117368/>.

ROVERI, Eduardo; FALCÃO, Matheus Z.; NAVARRETE, Ana Carolina. A inovação como estratégia pública: a experiência dos laboratórios públicos brasileiros no desenvolvimento e na produção de vacinas contra a covid-19. *Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor)*, p. 1-32, 2022.

SILVEIRA, J. P. M., ZONTA, R., PAESE, F., PINTO, F. K. M. S., PERINI, F. B., BÁFICA, A. C. M. F., SIQUEIRA, E. F., SOUZA, J. M., FREITAS, F. L. Pandemia de covid-19: a experiência da organização da rede de serviços de saúde em Florianópolis. In: PORTELA, M. C., REIS, L. G. C., and LIMA, S. M. L., eds. Covid-19: desafios para a organização e repercussões nos sistemas e serviços de saúde [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz, Editora Fiocruz, 2022, pp. 409-426. Informação para ação na Covid-19 series. <http://dx.doi.org/10.7476/9786557081587.0029>.

UNA-SUS. **PNI: entenda como funciona um dos maiores programas de vacinação do mundo.** Disponível em:

<https://www.unasus.gov.br/noticia/pni-entenda-como-funciona-um-dos-maiores-programas-de-vacinacao-do-mundo#:~:text=Criado%20em%201973%2C%20o%20Programa,e%20preven%C3%A7%C3%A3o%20em%20sa%C3%BAde%20da>. Acesso em: 15 jun. 2023.

VARGAS, Marco Antonio; ALVES, Nathalia Guimarães; MREJEN, Matias. Ciência, tecnologia e inovação em tempos de pandemia: implicações da Covid-19. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 16, p. 145-172, jan./abr. 2021.